



DIÁRIO OFICIAL

De acordo com a Lei Nº 1856/2009

MUNICÍPIO DE CIDADE GAÚCHA

QUARTA-FEIRA, 21 DE OUTUBRO DE 2014

ANO: I

EDIÇÃO N.º: 0537-03 Pág(s)

www.cidadegaucha.pr.gov.br

ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEI Nº 2.156/2014

Torna obrigatória a prévia inspeção sanitária e industrial em todo o território municipal, de todos os produtos de origem animal, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Cidade Gaúcha Estado do Paraná - Aprovou, com Fulcro legal na Lei Orgânica do Município, na Constituição da República Federativa do Brasil, e eu **Alexandre Lucena** - Prefeito Municipal – no uso de minhas atribuições legais, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É obrigatória a prévia inspeção sanitária e industrial em todo o território municipal, de todos os produtos de origem animal, comestíveis e não comestíveis.

Art. 2º. Ficam obrigados ao registro e licenciamento no órgão competente municipal, todos os Estabelecimentos que tenham dentre suas atividades, a produção de matéria prima, manipulação, beneficiamento, transformação, industrialização, preparação, acondicionamento, embalagem de produtos de origem animal, adicionados ou não de produtos vegetais.

Parágrafo único. Estão sujeitos, ainda, ao cumprimento desta lei e de seu regulamento, todos os Estabelecimentos que de alguma forma, atuem na manipulação dos produtos de origem animal, depositados ou em trânsito.

Art. 3º. Para a coordenação das atividades inerentes ao art. 2º desta lei, fica criado o “**SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL – SIM/POA**” denominado “**SERVIÇO DE INSPEÇÃO DO MUNICÍPIO/ PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL – SIM/POA**”, diretamente vinculado à Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Agricultura, Pecuária, Meio Ambiente, Recursos Renováveis, Viação, Habitação Obras e Serviços Urbanos.

Parágrafo único. Os estabelecimentos contidos no art. 2º desta lei, devem ter registro no SIM/POA.

Art. 4º. O “**SERVIÇO DE INSPEÇÃO DO MUNICÍPIO/PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL – SIM/POA**”, contará com um “**GRUPO CONSULTIVO**”, regulamentado por decreto.

Art. 5º. São competentes para realizar o registro e a inspeção de que trata esta lei:

I - A Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Agricultura, Pecuária, Meio Ambiente, Recursos Renováveis, Viação, Habitação Obras e Serviços Urbanos, nos estabelecimentos de que trata o artigo 2º, quanto ao comércio, transporte e armazenamento de produtos de origem animal, no território municipal.

II - Todos os estabelecimentos com registro no SIM/POA devem ter Licença Sanitária, a qual será emitida pelo órgão competente municipal.

Art. 6º. A fiscalização de que trata esta lei será efetuada pelos órgãos municipais, observando-se o seguinte:

I – A Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Agricultura, Pecuária, Meio Ambiente, Recursos Renováveis, Viação, Habitação Obras e Serviços Urbanos, compete:



DIÁRIO OFICIAL

De acordo com a Lei Nº 1856/2009

MUNICÍPIO DE CIDADE GAÚCHA

QUARTA-FEIRA, 21 DE OUTUBRO DE 2014

ANO: I

EDIÇÃO N.º 0537-03 Pág(s)

www.cidadegaucha.pr.gov.br

ATOS DO PODER EXECUTIVO

a) Regular, normatizar e fiscalizar a implantação, reforma e/ou re-aparelhamento dos estabelecimentos sujeitos às disposições desta lei;

b) Regular, normatizar e fiscalizar o transporte e armazenamento de produtos de origem animal;

c) Regular, normatizar e fiscalizar a execução das atividades da inspeção sanitária e industrial, dos produtos de origem animal, nos estabelecimentos sujeitos às disposições desta lei;

d) Promover o registro dos estabelecimentos sujeitos às disposições desta lei;

e) Colaborar, quando necessário, com as demais entidades envolvidas na atividade.

II - Aos Órgãos do SIM/POA, compete:

a) Fiscalizar sob o ponto de vista sanitário e de acordo com sua competência, os estabelecimentos sujeitos às disposições desta lei;

b) Regular, normatizar e fiscalizar o registro de alimentos prontos para o consumo humano;

c) Regular, normatizar e fiscalizar as atividades de Licença Sanitária;

d) Colaborar, quando necessário, com as demais entidades envolvidas na atividade.

Parágrafo único. Os órgãos de que trata este artigo poderão realizar atividades de regulamentação, normatização e fiscalização conjunta, sempre que julgarem conveniente.

Art. 7º. Em caráter preventivo, poderão ser realizadas fiscalizações periódicas, pelos órgãos executores desta lei, nos estabelecimentos sujeitos às implicações desta lei.

Art. 8º. Barreiras sanitárias fiscalizatórias poderão ser realizadas, isoladamente ou em conjunto, pelos órgãos executores desta lei.

Art. 9º. Sem prejuízo da responsabilidade penal cabível, a infração à legislação referente aos produtos de origem animal acarretará, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções:

I – Advertência;

II – Multa;

III – Apreensão e/ou inutilização dos produtos;

IV – Suspensão das atividades do estabelecimento;

V – Interdição total ou parcial do estabelecimento;

VI – Cancelamento do registro.

§ 1º. A aplicação das sanções previstas neste artigo será disciplinada em regulamento.

§ 2º. As sanções de que trata este artigo, serão aplicadas em seu grau máximo, nos casos de artifício ardil, simulação, desacato, embaraço ou resistências à ação fiscal.

Art. 10. Para a execução das atividades previstas nesta lei, a Administração Pública Municipal poderá firmar convênio com outros órgãos afins.

Art. 11. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei Municipal nº 1.314/97, e a Portaria Municipal nº 117/2014.



DIÁRIO OFICIAL

De acordo com a Lei Nº 1856/2009

MUNICÍPIO DE CIDADE GAÚCHA

QUARTA-FEIRA, 21 DE OUTUBRO DE 2014

ANO: I

EDIÇÃO N.º: 0537-03 Pág(s)

www.cidadegaucha.pr.gov.br

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Edifício da Prefeitura Municipal de Cidade gaúcha, aos Seis dias do Mês de Outubro do Ano de Dois Mil e Quatorze.

ALEXANDRE LUCENA

Prefeito Municipal